

**Cemitério Do Campo Santo:  
Memória, História E Museu A Céu Aberto**

**Field Of Holy Cemetery:  
Memory, History, And Museum Open Skies**

**Gilson Magno dos Santos**

Pós-Doutorado em letras clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana  
Professor da Universidade Federal da Bahia  
E-mail: [magno.gilson@hotmail.com](mailto:magno.gilson@hotmail.com)

**Endereço: Gilson Magno dos Santos**

Endereço. Universidade Federal da Bahia AV. Ademar  
de Barros S/N  
40.0000.00, Salvador/Ba, Brasil

**Agências de fomento:**

GEPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva)

**Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

**Artigo recebido em 14/09/2015. Última versão  
recebida em 08/10/2015. Aprovado em 09/10/2015.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.**

## RESUMO

O cemitério do Campo Santo, pela sua arquitetura e obras de arte, é um museu a céu aberto. A maior parte dos monumentos está ornada por imagens ou inscrições em língua latina ou portuguesa. Para entender a existência da epigrafia no contexto do cemitério Campo Santo, situado em Salvador-Bahia, faz-se necessário conhecer a história do cemitério, os motivos e explicações das inscrições. A Cidade de Salvador foi construída nos moldes coloniais lusitanos. O cemitério do Campo Santo abriga um considerável número de obras de arte e registros epigráficos, que contam a história sociopolítica e religiosa. A fundação do cemitério foi em 1823, contudo não foi uma coisa pacífica a população invadiu e destruiu, jogando abaixo seus muros e a própria capela. Foi uma manifestação de protesto convocada pelas irmandades contra a secularização dos cemitérios e proibição de enterros nas igrejas. O Campo Santo foi restaurado e continuou a sepultar os seus mortos de acordo com a doutrina católica. O cemitério do Campo Santo possui jazigo, mausoléus belos e luxuosos com registros epigráficos, que guardam a memória da sociedade baiana do século XIX até os nossos dias.

**Palavras-chave:** Memória. História. Museu. Campo Santo. Epigrafia.

## ABSTRACT

The cemetery of Holy ground, for its architecture and artwork, is an open air museum. Most of the monuments are adorned by pictures or inscriptions in Latin and Portuguese. To understand the existence of epigraphy in the context of the Holy Ground cemetery, situated in Salvador, Bahia, it is necessary to know the history of the cemetery and the subject is explanation of the entries. the city of Salvador was built in the Lusitanian colonial mold. The cemetery of Campo Santo is home to a considerable number of works of art and epigraphic records, which tell the socio-political and religious history. The foundation of the cemetery was in 1823; however it was not a peaceful thing. the population invaded and destroyed, playing down its walls and its own chapel. It was a protest demonstration organized by brotherhoods against the secularization of cemeteries and prohibition of burials in churches. The Holy Ground was restored and continued to bury their dead in accordance with Catholic doctrine. The Holy Ground cemetery has tomb, beautiful and luxurious mausoleums with epigraphic records, guarding the memory of Bahian society of the nineteenth century to the present day.

**Key words:** Memory. History. Museum. Field of Holy Cemetery. Epigraf.

## 1 INTRODUÇÃO

O Campo Santo é um cemitério criado pela Santa Casa de Misericórdia, em uma época em que os sepultamentos nos templos ou em recintos fechados foram proibidos. É um dos mais importantes templos da memória individual e social da Cidade de Salvador desde o século XIX. Com base em Da Costa, um dos percussores no estudo de tal ambiente, que elucida sobre o local como sendo:

Sem dúvida, é o primeiro cemitério do Brasil a ter a característica de não discriminar qualquer categoria social quando ao sepultamento dos corpos de seus entes queridos; dos mais importantes personalidades aos humildes escravos e indigentes. É o “microcosmo da sociedade [...]”. (DA COSTA, 2007, p. 28).

Até por volta de 1860, quando morriam as pessoas das camadas mais altas da sociedade, seus cadáveres eram sepultados em recintos fechados: igrejas, conventos, capelas particulares ou ambientes privados, segundo costume da cultura européia.

Com a implantação definitiva do Campo Santo, em 1844, ocorreram os primeiros sepultamentos dos cadáveres de indigentes e escravos. A sociedade baiana, cheia de preconceitos, resistia em sepultar ali os corpos de seus familiares falecidos. “Essa atitude alterou-se, lentamente, à medida que o Cemitério foi sendo ampliado, criando melhores condições para os sepultamentos na área situada no entorno da sua modesta Capela” (DA COSTA, 2007, p.29).

A preservação do Campo Santo, como um sítio histórico da Cidade de Salvador, depende da relação conceitual entre patrimônio, memória, história e identidade. Segundo Le Goff (1996) “A memória se distingue em três tipos: memória específica, memória étnica, memória artificial. É comum ouvir das pessoas que o Campo Santo é a memória dos nossos antepassados, um patrimônio a ser preservado” (LE GOFF, 1996, p.425).

A memória, nesse contexto, não pode ser concebida como habitualmente a entendemos, isto é, uma propriedade da inteligência, mas como a base sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos ou, em sentido maior, se inscreve também o passado, presente e o futuro. As pessoas sentem uma interpelação direta sobre o sentido da vida quando visitam o Campo Santo.

A memória permite que os atos humanos tenham coerência e sentido, mas o patrimônio cultural, cujas noções estão vinculadas às de lembrança e de memória, é um lugar privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem voz e materialidade. Notadamente, não só, a memória social nos permite abordar as questões do tempo e da história, pois ela

assume uma dinâmica de retraimento e de transbordamento, vela e revela. No que diz respeito ao Cemitério do Campo Santo, direcionamos o pensamento aos mausoléus ou aos simples túmulo com suas inscrições inseridas nas lápides.

Essas inscrições são nomeadas de epígrafias fúnebres do Campo Santo. Porém, por várias razões, esses inscritos, não podem ser concebidas como sendo um marco histórico petrificado, sem nenhuma interpelação para os seus leitores atuais ou admiradores.

Os antigos tinham a consciência viva de que a memória é um viveiro não só das lembranças, mas da sua sempre renovada atuação. Por exemplo, não é de tudo estranho que em alguns “epitáfios” encontremos frases, cujo objetivo era espantar o seu leitor, causar pânico diante da morte.

## 2 METODOLOGIA

A maior parte das inscrições se inspira na doutrina cristã, pois a morte não era vista como um fim de tudo para o ser humano, como afirma Da Costa (2007) “apenas uma passagem para outra vida: a vida espiritual. O tempo entre a morte e a ressurreição, é um tempo de “dormição”; daí por que o vocábulo cemitério, de origem grega significa dormitório (DA COSTA, 2007, p.56).

No desenvolvimento da pesquisa empírica *in lócus* e bibliográfica ficaram mais que claro que a Instituição denominada de Santa Casa da Misericórdia, sempre teve uma atenção particular com o Campo Santo. Visto que, há mais de um século e meio, é ele o principal Cemitério de Salvador, que pouco a pouco, acumulou belas e significativas obras de arte, referenciadas como objetos que são frequentemente utilizados em estudos e pesquisas, mas não parando por aí, também já foi referenciado em chamadas jornalísticas por sua singularidade e localização. Em 03 de novembro de 1950, o jornal A Tarde ressaltava que o Cemitério do Campo Santo era um dos mais belos do mundo, como informou Da Costa (2007)

“Sua localização privilegiada, em ponto mais altos de Salvador, com uma visão panorâmica encantadora, que dá ao cemitério do Campo Santo aspecto imponente. Os adornos da natureza completam-se com a sobras de arte do conjunto simétrico da Capela, das campas e mausoléus que permitem aos mais ilustres visitantes da Bahia equipararem o nosso principal cemitério ao do Père-Lachaise, em Paris, ao Campo Santo de Pisa, na Itália [...]. São muitas as curiosidades existentes no Campo Santo, entre as quais alguns mausoléus monumentais, figurando entre estes a “Estátua da Fé”, e outros modestos, mas que guardam os restos mortais de grandes vultos, como o da família do poeta Castro Alves. A lápide que tem seu nome está cheia de inscrições em versos e assinaturas de visitantes, entre os quais ilustres homens públicos do país e do estrangeiro” (DA COSTA, 2007, p.96-97).

*“A lápide que tem seu nome está cheia de inscrições em versos”.*

As inscrições (**epigrafias**) se originaram no mundo greco-romano, enquanto se difundiam, comprometia a sociedade a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança. A epigrafia é uma arte contra o esquecimento, a amnésia cultural, religiosa e política. Por essa razão, a matéria sobre a qual se faziam as inscrições, isto é, a pedra e o mármore, serviam na maioria das vezes de suporte a uma sobrecarga de memória. “A pedra, o mármore, a madeira, o metal, o ouro e qualquer outra matéria serviam como arquivo propriamente ditos e assumiam um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea” (LE Goff, 1996, 432).

Se as inscrições têm uma “sobrecarga” de memória, podemos afirmar que a memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos, que nos permite fazer uma reconstrução histórica da sociedade soteropolitana desde o século XIX. Nem sempre a memória está exposta, para ela aparecer ou para termos acesso à ela precisamos de uma aproximação multidisciplinar. A memória não é estática, mas está em evoluções permanente, e tem como seu constitutivo a dialética da lembrança e esquecimento. Podemos afirmar que há uma diferença entre a história e a memória, com base em De Decca (1992) explicaremos:

A história se comporta como uma reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais; enquanto a memória é o fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente, ontem, hoje e amanhã. Em síntese, a história é uma representação do passado, enquanto que a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (DE DECCA, 1992, 130).

### 3 REFERENCIAL TEORICO

#### 3.1 Distinções: epigrafia - epigráfica

Desde a antiguidade, as pessoas faziam a distinção entre epigrafia pública (memória social) e privada (memória pessoal). A epigrafia pública estava condicionada ao poder político. Era como uma forma de propaganda dos feitos dos imperadores, uma exaltação da nobreza ou o desprezo de alguns considerados persona non grata ao poder. A epigrafia, portanto, é um produto de uma civilização da escrita, superada pela nossa, com a prevalência da imagem. A epigráfica é a ciência que se preocupa com a escrita em vista de eternizar a memória pessoal e social. Os antigos ditaram mais ou menos um código de ética para a epigrafia, com o intuito de evitar transmitir falsidade através inscrições. Com o passar do

tempo, nem sempre as pessoas cuidaram da veracidade das informações escritas. “Por isso, o estudo de uma inscrição epigráfica precisa de uma atitude crítica diante do texto que está à disposição” (BRUSA, 2008, p. 255-256).

“Existem no Campo Santo mausolés e campas com inscrições que externam os sentimentos de quem mandou colocar. Uns ressaltam os títulos da pessoa sepultada ou os seus próprios. Outros enfatizam os méritos e atitudes que enobrecem a vida do inumado, ou celebram as virtudes e reafirmam o amor pelo falecido. Algumas inscrições têm cunho filosófico” (DA COSTA, 2007, p.103).

Muitas inscrições exaltam a fé cristã, pois a maioria dos monumentos, na área antiga do Cemitério do Campo Santo, assume um caráter de profissão de fé. Sendo assim, o “epitáfio cristão” se refere a qualquer epígrafe, que demonstra a fé do falecido ou de alguém que foi batizado.

Figura 1 – Epigrafia em lápide fúnebre no Campo Santo



**Imagem:** Genivalda Cândido.

É muito interessante saber que muitas pessoas, antes da sua própria morte, confiavam a alguém o texto para ser epigrafado nos seus mausolés ou túmulos. As pessoas não queriam cair no esquecimento, mas, sobretudo, desejariam deixar um testamento escrito na pedra, mas não petrificado para perpetuar a sua própria memória. Os mausolés, com suas obras de arte e suas inscrições, também, se inscrevem na dinâmica da memória política, histórica, religiosa, social e pessoal, como podemos observar a distinção, a arte e perceber possível distinção de classes presentes nas estruturas dessas construções.

Figura 2 – Mausoleu de família tradicional. Cemitério do Campo Santo

**Imagem:** Genivalda Cândido.

O Cemitério, como um todo, constitui um bem cultural da Bahia porque guarda a memória individual e social. A morte entra nos atos mais importantes da vida humana, se caracteriza como uma recapitulação ou síntese da vida do defunto. É um momento esclarecedor da vida do morto. Conforme explica De Decca (1992),

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanentes, à aberta à dialética da lembrança e esquecimento. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A memória é o fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (DE DECCA, 1992, p. 130).

Por essa razão, a história registra uma polêmica em defesa do Campo Santo. Um homem, originário do Líbano, há muitos anos, residente de Salvador, adquiriu o mausoléu que hospeda a Estátua da Fé, extraordinário monumento de arte e beleza, de uma pessoa que se apresentou como descendente do seu antigo proprietário. O libanês queria trasladar a estátua para enfeitar a varanda de sua casa particular.

A notícia se espalhou e provocou grande protesto da sociedade soteropolitana. Prevaleceu, em consequência, o entendimento de que no mausoléu, como um bem cultural da cidade do Salvador, já tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não poderia haver mais inumação, preservando-o completamente, inclusive suas inscrições (DA COSTA, 2007, p.97-98).



Na verdade, o referido mausoléu guarda a memória individual do seu proprietário e também a história social, por ter ele participado nas lutas da guerra do Paraguai e de ter sido um expoente no cenário político baiano.

O fato citado nos coloca diante de um contraste na concepção de patrimônio. O libanês não entendia o nexos entre o patrimônio material e a cultura ou a memória coletiva e individual e, muito menos, como uma contribuição na formação da identidade local e nacional. Portanto, a preservação do patrimônio diz respeito ao desenvolvimento cultural. Husyssen (2000), no seu livro “Seduzidos pela memória”, exalta a memória como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes, uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Não obstante, há uma crítica ferrenha contra a própria cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento.

Desta forma, destaca-se também sua incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica. Temos alguns fatos que afirmam a má vontade de, ao menos, conservar memória, tais como privatização e destruição de monumentos móveis e imóveis. Na Bahia, por exemplo, a transformação da Igreja do Bairro da Barroquinha; bairro tradicional; em centro cultural constitui um apagamento da memória religiosa, e, também, política do povo negro. Aquele templo abrigou as primeiras negras alforriadas que formariam a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. A Irmandade se preservou em Cachoeira. A Irmandade da Boa Morte é um exemplo vivo de que a memória vivida é ativa, viva, incorporada no social, isto é, em indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões. Estas são as memórias necessárias para construir futuros locais diferenciados num mundo global.

Figura 3 - Imagem da Igreja da Nossa Senhora da Barroquinha, restaurada imagem de 2013



Imagem: Genivalda Cândido.



Assim, podemos afirmar que as inscrições epigráficas do Campo Santo dizem respeito à memória coletiva e pessoal de uma época, e, na sua variedade, atestam que a memória não é permanente a sua forma. Segundo Hysysen (2000), Não há uma forma petrificada da memória presente nas inscrições epigráficas, porque a memória social é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições. As inscrições visam a eternidade da memória, mas a permanência prometida sobre a pedra está sempre erguida sobre areia movediça. Alguns monumentos são derrubados com alegria, em tempo de rebelião. O lugar da memória cultural é definido por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos.

Como explicado por Halbwachs (2011), em que ele cita que “a recordação e localização das lembranças devem ter como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à reconstrução da memória” (HALBAWACHS, 2001, p.70-71). Então, é de conhecimento que indivíduo participa de duas memórias as individuais e as coletivas. As duas memórias se interpenetram, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças ou torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho. A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas.

Contudo, a memória individual não está fechada. Ela pode recorrer às lembranças de outras. A memória coletiva não se confunde com a história, pois a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. Um dos objetivos da história seria lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. A história pode legitimar, mas a memória é fundadora. Ali onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele. A memória histórica seria uma memória emprestada, apreendida, escrita, pragmática, longa e unificada, e a “memória coletiva” seria uma memória produzida, vivida, oral, normativa, curta e plural.

Tais discussões e abordagens nos levam a entender que a memória é a vida levada pelos grupos vivos, afetiva, enraizada no concreto, no gesto, na imagem e no objeto. Sendo assim, a memória se compõe de detalhes; nutre-se de lembranças vagas, globais e flutuantes, particulares e simbólicas. A história, ao contrário, “vincula-se às continuidades temporais, às evoluções e à relação entre as coisas”. É uma operação intelectual e laicizante que leva à análise, ao discurso crítico, à explicação de causas e consequências. A história é sempre

prosaica e, enquanto a “memória instala a lembrança no sagrado, a história busca se distanciar do mesmo”

Utilizando como análise a experiência humana em que, uma pessoa se encontra diante do enigma do tempo ou como afirma Jeän Candau (2014):

O tempo é voraz, o fluxo do tempo parece engolir o indivíduo, corrida desaba como evita-lo? A memória dá essa ilusão. O homem pela retrospectiva aprende a suportar a duração: junta os pedaços do que foi em uma nova imagem que poderá ajudá-lo encarar a vida própria presente. A memória está vinculada à identidade, pois é a primeira faculdade que alimenta a identidade. A memória e identidade se apóiam reciprocamente para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2014, p. 16. 132).

Podemos transversalizar aqui a memória e a epigrafia, já que as inscrições permanentes carregam uma precisa significação histórica e assumem um sacro ofício histórico, recolhem a memória do tempo com muita diligência. Através da memória, encontramos lugares, pessoas, que sem essas inscrições dormiriam na obscuridade dos séculos. Portanto, a epigrafia é digna para recordar e útil para posteridade. Assim sendo, o estilo linguístico sempre foi casto e respeitoso, já que este gênero de escrita agradou, agrada e agradará sempre. As inscrições lapidárias continuam tendo um maior espaço entre nós são abundantes o seu conhecimento. O uso de talharou de esculpir sobre a pedra ou sobre outra matéria dura, remonta à mais alta antiguidade, e teve o seu início no intento de firmar a fonética, símbolos e figuras. As palavras mudas, mas as lápides são vencedoras da ira do tempo, e conservam memória dos ritos, dos costumes, dos governos, da língua dos povos que desapareceram, e, às vezes, o nome de cidades, povos que somente a epigrafia nos oferece notícias.

## **4 RESULTADO E DISCUSSÕES**

### **4.1 A memória no tempo e a epigrafia atemporal**

Os antigos faziam memória de fatos que queriam que se perpetuassem, através de sinais epigráficos sobre material duradouro. Erigiram, paulatinamente, monumentos direcionados para a posteridade e outros que deveriam durar pouco. Ditaram, então, a epigrafia temporânea, a qual teve seu maior esplendor nas solenidades religiosas e cívicas. Algumas inscrições temporâneas nos chegaram até hoje, porque os romanos, mesmos para as pompas de poucos dias, não se limitaram a usar material frágil, mas usaram mármore e bronze. Essas inscrições eram consideradas suntuosas obras, as quais, frequentemente, eram

destinadas a perpetuar a memória, e, considerando as solenidades dos dias festivos, eram expostas ao povo.

A prosa é a linguagem mais apropriada para as inscrições. Os romanos, no que diz respeito à magnificência, foram mais superiores do que os gregos. Os romanos comumente ditaram as inscrições em prosa. No que diz respeito às inscrições poéticas, as inscrições sacras eram caracterizadas pelo afeto e pela piedade. No ato de explicar os argumentos de pintura ou de imagens, sob o busto, escreviam poesias. Portanto, existem inscrições epigráficas métricas e, também misturadas prosa e poesia. A epigrafia em verso tem maior liberdade do que em prosa.

A memória, portanto, fortalece a identidade individual e coletiva. Restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade. Na história política, muitas vezes, acontece de restituir a memória apagada de um herói ou líder, por exemplo, a figura de Tiradentes, que antes fora execrado e depois reabilitado. O trabalho da memória atua na construção da identidade do sujeito.

É o trabalho de reapropriação e negociação que cada um deve ter em relação a seu passado para chegar a sua própria individualidade. A identidade é vista como a capacidade que cada um tem de permanecer consciente de sua vida através das mudanças, crises e rupturas. A memória é a identidade em ação, mas ela pode ser perturbada pelos traumas. Quando se trata da memória epigráfica, ela fica à espera de alguém que descubra o seu significado, através do estudo das inscrições sobre diversas matérias.

Candou (2014) faz uma declaração lapidar, isto, é, a memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade. A memória que funda a identidade é feita de lembranças e esquecimentos. Assim, é frequente definir a memória social como o “conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo” ou a memória coletiva como um “conjunto de lembranças comuns a um grupo”. Poderíamos falar de memória pública ou de “comunidade de pensamento”. A memória coletiva, afinal, não é outra coisa que a transmissão, a um grande número de indivíduos, das lembranças de um único homem ou de alguns homens, repetidas vezes. Essas representações passam a constituir as representações culturais. Essas representações podem ser factuais ou semânticas. As factuais são relativas à existenciais de certos fatos, e as semânticas são as representações relativas ao sentido atribuído a esses mesmos fatos.

A partir de tais explicações, notamos que o cemitério pode ser referenciado e tratado como um Museu, um museu a céu aberto.

O Campo Santo, museu a céu aberto, que através de seus mausoléus, lápides e inscrições, “se apresenta como um museu com seus sistemas de informação, destinado à educação pública e ao lazer” (BITTENCOURT, 1996, p 8). Segundo Godoy (1996) “O Cemitério do Campo Santo é um patrimônio cultural que exige ser preservado, pois detém e representa a memória social e coletiva de Salvador desde o século XIX” (GODOY, 1996, p. 107).

O exercício da cidadania passa pela construção da memória social, pela construção do patrimônio cultural e do espaço ocupado. A memória é representação do passado no presente. Ela é espacial e temporal, individual e coletiva. Nora (1993): “memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Sem memória não existiria a linguagem, o ensino-aprendizado, a vida psíquica e espiritual. A memória se encontra depositada sobre os bens culturais e naturais, encontra-se na relação que com eles se pode manter. Não basta guardar, preservar, conservar. É preciso que a mensagem contida no objeto transite para o seu receptor material, o homem. Os museus devem existir para as pessoas.

Amaro (2014) afirma que a palavra “patrimônio” está associada à ideia do passado, isto é, a edifícios antigos ou bens móveis ou imóveis, mas há um esforço para relacionar, também, o conceito de patrimônio ao sujeito e ao objeto. O termo identidade significa o que permanece igual, por isso na modernidade esse termo está conjugado com o adjetivo, adquirindo várias conotações: identidade nacional, de gênero. A memória se relaciona com a mudança. Patrimônio, portanto, abrange os elementos materiais e imateriais dignos de preservação e que são vínculos de transmissão da cultura e da identidade da comunidade. A identidade sobressai entre os elementos que valorizamos e consideramos patrimônio. Esses elementos estão presentes na memória do que foi ensinado e experimentado, em uma constante negociação entre presente e o passado. A memória é fundamental para o conceito de patrimônio. Recordar já é uma forma de preservar o passado e de guardar vivências.

Compreendemos e enalteçemos o “Cemitério do Campo Santo” como um monumento, que tem em sua essência um sentido intencional que se materializa, transformando em um lugar qualificado com um sentido de durabilidade. Os monumentos são para comemorar e não para esquecer. Os lugares de memória são lugares ou marcas humanas que pretendem ser um nexo entre o passado e o futuro.

Enfim, segundo Sobral (2004), a memória não é uma coisa, um conjunto de práticas de recordação: oral, visual, ritual e corporal. A memória compete com as memórias, por isso ela é uma tentativa de impor um determinado passado. A memória depende do contexto em que

se vivem quem recorda e da importância do passado na constituição da identidade de cada um. Os elementos constitutivos da memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente aqueles episódios ocorridos pessoalmente e aqueles vividos pelo grupo no qual a pessoa se relaciona. Assim, com o aporte de Le Goff (2007), concluímos o pensamento da memória como sendo ela um “vínculo” que estabelece as ligações entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o Cemitério do Campo Santo, com as suas exuberantes obras de arte e suas magníficas inscrições, como um museu a céu aberto, patrimônio cultural da Bahia, é guardião da memória soteropolitana desde o século XIX. Através das suas lápides e inscrições de cunho filosófico, políticos e religiosos podemos ter acesso à história e à memória social e individual, aos episódios ocorridos pessoalmente e àqueles vividos socialmente. Por exemplo, destacamos os mausoléus de pessoas de grande relevância no cenário político nacional, no campo das ciências e das artes.

Portanto, o estudo do Cemitério do Campo Santo nos permite entender que a memória individual e coletiva, guardada na sua densidade nos seus monumentos, contribui muito para a construção não só da história de Salvador, mas, sobretudo, para a formação da nossa “identidade cultural”. Cabe-nos tomar a sua defesa e preservá-lo, pois o Campo Santo, por albergar inúmeros mausoléus que são belas obras de arte, não foge dos problemas de conservação, sobretudo no que diz respeito a alguns mausoléus perpétuos, os quais estão em completo abandono pelos seus legítimos proprietários. Além disso, o cemitério vive em um constante perigo de invasão da parte daqueles que procuram um espaço para fixar uma moradia. Sendo assim a paz, desejada pelos defuntos e pelos seus parentes, vive ameaçada. A inscrição “requiescant in pace” é um grande apelo que os falecidos fazem.

## REFERÊNCIAS

AMARO, G. C. **Conciliando el tangibile: una reflexión integral sobre el patrimonio**. In: Revista Eletrónica de Patrimonio Histórico, nº 15 (diciembre), 2014.

BRUSA, A. et Al. **Um ‘officina dela Memória: Milano: Analidi Storia Pavese**. n.s. 2. 2008. p. 255 – 256.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Contexto. São Paulo, 2014. p. 16-39

DA COSTA, P. S. Cemitério do Campo Santo. Resumo Histórico. Segunda Ed. Contexto: Salvador, 2007, p. 28, 29, 96-97.

DE DECCA, E. S. Memória e Cidadania. In: **O Direito à Memória**: Departamento do Patrimônio Histórico: São Paulo, 1992. p. 130.

GODOY, S.; CHAGAS, M. **Patrimônio Cultural e Cidadania: as representações de memória nos museu in rompimento**. In: Anais do museu Histórico Nacional, vol. 28. 1996. p. 107.

HUSYSSEN, A. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000. p. 89

HALBAWACHS. M. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro Editora, 2011. p. 70-71.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1996. p. 425, 432.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

SOBRAL, J. M. **Memória Social, identidade, poder Y Conflicto**. In: Revista de Antropologia Social 2004, 13:

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SANTOS, G. M. Cemitério Do Campo Santo: Memória, História E Museu A Céu Aberto. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 6, art. 2, p. 27-40, nov./dez. 2015.

Contribuição dos Autores	G. M. Santos
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X